

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Wagner Ridolphi
Bacharel em Arquivologia pela UNIRIO, Arquivista do CLA/UFRJ
wagner.ridolphi@gmail.com

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo abordar a questão da construção da identidade profissional, identificando a do arquivista, enquanto profissional da informação. São verificados na literatura da área o conceito de identidade profissional, a trajetória histórica dos arquivos, a evolução epistemológica da Arquivologia e da formação profissional do arquivista. Considera que a identidade profissional do arquivista está em construção e aponta para a necessidade deste assegurar o reconhecimento de sua atuação profissional por parte da sociedade e das diferentes esferas de poder na era da informação.

Palavras-chaves: Identidade profissional, Arquivista, Profissional da Informação.

1 INTRODUÇÃO

As novas tecnologias da informação e da comunicação, que se desenvolveram de forma exponencial nas últimas décadas, e o advento da internet se inserem em um contexto de mudanças políticas, culturais e econômicas que exigem dos profissionais um repensar sobre seu arsenal teórico e suas práticas de trabalho, com o objetivo de atender as demandas do mercado profissional e daquilo que se convencionou denominar “Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Nunca se produziu e se consumiu tanta informação como na era contemporânea. Seja nas atividades profissionais ou nas pessoais, a informação se tornou um elemento-chave para a sociedade. A nova fase histórica da internet, que ganhou a denominação de *web 2.0*, impulsionando a cibercultura presente em nossa sociedade, em que emissor e receptor se tornam um único agente, tem contribuído também para aumentar ainda mais o fluxo informacional no mundo atual.

Mas o grande volume de informação que circula atualmente, ainda carece de soluções que permitam selecionar, organizar e preservar o que é essencial e útil. Isso deveria ter proporcionado aos tradicionais profissionais da informação – arquivistas, bibliotecários – um papel de relevância junto à sociedade, mas o que se verifica é que o panorama atual trouxe mais questionamento do que afirmação para esses profissionais.

Os arquivistas vêm-se em um momento de questionamento dos paradigmas epistemológicos da Arquivologia, em que a metodologia e o fazer arquivístico passam por transformações para que possam atender às novas necessidades de instituições e usuários. Esse momento de questionamento trouxe também novas visões sobre o perfil do arquivista e uma modificação de sua identidade, sendo atribuídas novas responsabilidades e competências, sob o risco de outros profissionais preencherem a demanda gerada pela nova realidade informacional.

Isso corrobora o pensamento de Castells (2001), que afirma que toda e qualquer identidade é construída. Ainda segundo o autor identidade é o “[...] processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Essa construção sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, assim a identidade profissional é um dos aspectos que formam a identidade de cada sujeito, refletindo assim os significados tanto daqueles que se sentem partes de determinado grupo profissional quanto para a sociedade em geral.

É um processo complexo, pois, ainda segundo Castells, essa identidade mesmo sendo coletiva é feita de indivíduos, com suas contradições e anseios particulares. Mas devemos buscar compreender essa pluralidade, por ser ela o fator transformador da globalização tecnoeconômica que vivemos.

A seguir, apoiado em uma revisão de literatura da área, será apresentado um panorama da trajetória histórica dos arquivos e da Arquivologia, contextualizando, assim, a identidade que se construiu ao longo do tempo sobre esse profissional. Será dado destaque à situação no Brasil, sendo abordados os marcos legais da profissão e a questão da formação do arquivista no país. Serão apresentadas, também, as principais reflexões existentes no panorama epistemológico da Arquivologia e que propiciam um novo olhar sobre a profissão.

2 TRAJETÓRIA DOS ARQUIVOS, DA ARQUIVOLOGIA E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA

2.1 ANTECEDENTES DA HISTÓRIA DOS ARQUIVOS

Não é possível investigar o porquê da visão estabelecida sobre a identidade do arquivista sem verificar a construção do conceito de arquivo e a afirmação da Arquivologia

como área do conhecimento. Tradicionalmente, considera-se o início da Idade Contemporânea, entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando ocorre a consolidação dos Estados Nacionais com seus aparatos administrativos, como o período em que os arquivos iniciaram seu desenvolvimento.

No entanto, na já conceituada obra “Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação” (1999), os autores portugueses Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real lançam luz sobre os períodos históricos anteriores, pouco pesquisados, apresentando um rico panorama sobre os antecedentes dos arquivos desde a origem da escrita.

A origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana. [...] Sem esquecer que a grafia teve também na Antiguidade um significado ornamental e religioso, a origem de acervos documentais radica numa motivação de índole pragmática. Daí que a constituição dos primeiros arquivos tenha obedecido a uma fórmula intuitiva – alheia a qualquer vertente técnica ou conceptual – se bem que, desde logo, estruturalmente adequada, ...porque natural. (SILVA et al., 2009, p. 45)

Segundo eles, por acompanharem o surgimento da escrita, os primeiros arquivos da humanidade, ainda em estágio embrionário, devem ter surgido por volta de uns seis mil anos, na vasta área do “Crescente Fértil”, no Oriente Médio.

Na Grécia Antiga, por volta de 350 a.C., os documentos oficiais do Estado ateniense passaram a se concentrar no Métrôn ou templo de Cibele, a Mãe dos deuses. E foram os gregos que transmitiram aos romanos e primeiros cristãos o termo *archeion*, que apesar de sua ambiguidade (inicialmente era sinônimo de santuário onde se resguardavam assentos próprios de uma magistratura) foi adotado na forma latina *archivum*.

Os romanos foram além e graças à importância que concediam à complexa administração do Império Romano, não só criaram arquivos centrais (*tabularium*, pois o termo *archivum* ainda não fora adotado no léxico romano), como também desenvolveram um sistema público de arquivos e chegaram a contar com um corpo profissional especializado.

O termo *archivum* só viria a se consolidar na transição do Mundo Antigo para a Idade Média, época na qual se observa uma confusão entre a natureza dos acervos de arquivos e bibliotecas. Contrariando o lugar comum de que a tradição arquivística quase se perdeu durante a alta Idade Média européia, Silva et al. (2009, p. 71) observam que “a instabilidade política e social que então se instalou, as evidentes dificuldades institucionais daí decorrentes

e a fraca resistência dos suportes é que levaram à perda quase total dos arquivos da época”. No entanto, nas principais comunidades, nas cortes e nos mosteiros (que possuíam os *scriptoria*) essa tradição se manteve.

Na baixa Idade Média, com o renovado interesse pelas normas do direito romano, é retomado o valor e função da escrita, o que também recuperou a importância que os arquivos tinham na Antiguidade.

Loureiro e Jannuzzi, em extenso artigo no qual traçam o histórico das profissões ligadas ao tratamento da informação e baseando-se em estudo de Peter Burke, apontam o marco da distinção do acervo de arquivos e bibliotecas. Esse marco seria a invenção da imprensa de tipos móveis por Gutenberg, em meados do século XV, que acentuou o aumento do número de publicações, as quais se tornaram produtos industriais.

[...] a partir dela, os documentos manuscritos foram separados dos impressos e organizados como um tipo particular [...]. Essas coleções de documentos passaram a constituir o acervo dos arquivos, sendo os arquivistas os “guardiães especiais” desses materiais. (BURKE apud LOUREIRO e JANNUZZI, 2005, p. 128)

No século XVI, já na Idade Moderna, o surgimento dos Estados Nacionais leva à uma concentração dos arquivos, com a reunião de distintos acervos num mesmo local. Como observam Silva et al. (2009, p. 80), “não se pode dizer que os arquivos do Estado são uma criação da época moderna. Já os havia, pelo menos, na Roma antiga. No entanto, o processo agora generaliza-se e, acima de tudo, irá ser regulamentado.”

Quanto aos profissionais que organizavam esses arquivos, vemos que

A partir de 1609, de acordo com Burke (2003), os governos de países como a Inglaterra, a Espanha e a França, começaram a atribuir nomeações oficiais aos profissionais organizadores, que eram chamados de arquivistas ou curadores de documentos. Muitos desses profissionais eram estudiosos e eruditos que desempenhavam, primeiramente em tempo parcial e depois, em tempo integral, atividades de guarda, organização e indexação de documentos. (LOUREIRO e JANNUZZI, 2005, p. 129)

Estavam preparadas as condições que resultariam no desenvolvimento dos arquivos e em importantes acontecimentos para a Arquivologia, a partir da Idade Contemporânea.

2.2 OS MARCOS HISTÓRICOS DA ARQUIVOLOGIA

Rosely Curi Rondinelli (2004), em seu estudo sobre a integração dos princípios e conceitos da Arquivologia e da Diplomática, identifica a partir da queda do Antigo Regime no Ocidente, com a Revolução Francesa, o início significativo dos arquivos e apresenta cinco marcos históricos no desenvolvimento da Arquivologia.

O primeiro foi a criação do Arquivo Nacional da França, em 1789, que se tornaria depósito central dos arquivos do Estado francês, assumindo seu papel de guardião dos documentos arquivísticos por ele acumulados. O Estado francês, através do Decreto Messidor, estabeleceu o princípio do direito público de acesso aos documentos.

Rousseau e Couture, arquivistas canadenses, também apontam esse marco em sua obra sobre os fundamentos da disciplina arquivística.

Os artesãos da Revolução Francesa compreenderam o “poder” que os arquivos encerram e a sua importância no exercício do governo, criando os *Archives nationales de France* em 1789 e querendo conservar, desde o início do mandato, todos os documentos produzidos sob a nova administração. Napoleão, ao desejar centralizar num mesmo local todos os documentos dos estados europeus conquistados ou ocupados no período do seu reinado de imperador, não está a manifestar a intenção de demonstrar poder? É-lhe aliás atribuída a seguinte frase: “Um bom arquivista é mais útil a um governo do que um bom general do exército”. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 33)

O segundo marco foi a criação em 1821, na França, da *École Nationale de Chartes*, que instituiu o ensino da Arquivologia. No início, como uma ciência auxiliar da história, preconizando uma classificação dos documentos por assuntos.

Baseados em estudos de Robert-Henri Bautier (1961) e Marcel Lajeunesse (1986), Rousseau e Couture (1998, p. 54) comentam que

A formação em Arquivística inicia-se no século XIX com a criação de grandes escolas especializadas: *École des Chartes* em Paris em 1821, a de Viena em 1854, a de Madrid em 1856 e a de Florença em 1857. A par destas instituições especializadas, encontramos universidades, tanto na Europa como em África e na América, que oferecem uma formação em arquivística no primeiro, segundo ou terceiro ciclo universitário, no programa de história, de ciências da informação ou noutros. A criação de uma secção sobre a formação e o aperfeiçoamento dos arquivistas no Conselho Internacional de Arquivos, aquando do XII Congresso Internacional de Arquivos em 1992, demonstra a dimensão que a formação em Arquivística adquiriu no mundo inteiro.

O terceiro marco seria justamente a mudança dessa prática pela organização dos documentos em fundos, isto é, pelos órgãos de origem, graças à promulgação em 1841 de uma circular do Ministério do Interior da França, que em seu texto apresentava o princípio da proveniência, por orientação do historiador e arquivista Natalis Du Wailly.

O princípio da proveniência se tornou um dos princípios básicos da Arquivologia, contudo só foi oficialmente reconhecido no V Congresso Internacional de Arquivos, realizado em 1964, em Bruxelas, na Bélgica.

Apesar de não incluído por Rondinelli, não se pode deixar de citar a importância do lançamento, em 1898, do manual dos arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, sob os auspícios da Associação de Arquivistas Holandeses. Este manual consistia no arrolamento de 100 regras ou princípios considerados fundamentais para o arranjo e descrição de arquivos, sendo assim uma obra codificadora da disciplina arquivística.

“cada uma das 100 regras foi amplamente discutida na Associação durante a década de 1890. O Manual dos holandeses teve a maior influência, porque foi o primeiro e porque alcançou muitos arquivistas através de traduções para o francês, alemão, inglês, italiano, português, chinês, entre outras”. (COOK, 1997 apud FONSECA, 2004, p. 33)

Ao comentar essa questão, Fonseca informa que no Brasil o manual dos arquivistas holandeses foi traduzido e publicado em 1960, pelo Arquivo Nacional, quando era seu diretor-geral o historiador José Honório Rodrigues, que prefaciou a obra, considerada fundamental.

O surgimento do conceito de gestão de documentos, no período que se segue ao fim da II Guerra Mundial, quando ocorre um grande aumento do volume de documentos produzidos pelas instituições públicas, é identificado como o quarto marco da Arquivologia. Surge nos Estados Unidos, como resultado dos estudos que buscavam a racionalização da produção e tratamento dos documentos, o que reforçou o papel dos arquivos como importantes auxiliares da administração, o que vinha, até então, sendo relegado à segundo plano.

Junto ao conceito de gestão de documentos vem a adoção da teoria das três idades, que se torna outro princípio básico da Arquivologia. Este princípio estabelece para os documentos de arquivo as fases corrente, intermediária e permanente, de acordo com a frequência de uso por parte da entidade produtora e da identificação dos seus valores primário e secundário.

Finalmente, o quinto marco histórico da Arquivologia surgiria, a partir da década de 1980 do século XX, com o advento dos documentos eletrônicos, que obrigou à uma revisão dos princípios e métodos arquivísticos. A Diplomática, disciplina surgida no século XVII, é

redescoberta pela Arquivologia na busca para garantir a fidedignidade e autenticidade aos documentos eletrônicos.

Vale destacar, que essas mudanças provocaram, nos países anglo-saxões, o questionamento da existência de duas categorias profissionais: arquivistas (*archivist*) e administradores de documentos (*records manager*).

[...] os profissionais dos EUA, do Canadá e da Austrália perceberam a necessidade da intervenção do arquivista já na primeira fase do ciclo vital. Com isso, inauguraram um debate acalorado sobre a visão dicotômica, criada por eles mesmos, de gestão de documentos e funções arquivísticas. (RONDINELLI, 2004, p. 71)

A autora, ao abordar o advento do documento eletrônico arquivístico e baseando-se nos estudos de autores anglo-saxões, como David Bearman e Alf Erlandsson, comenta que a tal visão dicotômica conduziu à paraprofissionalização da gestão de documentos e à marginalização dos arquivistas.

2.3 TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

No Brasil, o Arquivo Nacional foi fundado em 1838, acompanhando o movimento europeu, pós Revolução Francesa, de preservação dos documentos como símbolos da identidade nacional, como escreveu o renomado arquivista e conservador francês Michel Duchein em famoso artigo sobre os 150 anos da instituição.

Nos grandes depósitos – como o Public Records Office da Inglaterra, criado no mesmo ano em que o Arquivo Nacional do Brasil, ou os Arquivos do Reino da Bélgica, instituídos em 1831 – , a função da “memória” era preponderante. Os arquivistas eram historiadores, paleógrafos, diplomáticos. Os métodos de arranjo baseavam-se nas grandes épocas da história e nas estruturas governamentais e administrativas do passado. Não havia muita preocupação em recolher documentos novos e, menos ainda, em adaptar os quadros de arranjo à evolução administrativa. O termo *arquivo histórico*, muito na moda entre 1830 e 1850 em toda a América Latina, caracteriza essa concepção, que corresponde ao despertar da consciência nacional do século XIX. (DUCHEIN, 1988, p. 92)

Essa situação, entretanto, só começa a se modificar na década de 1960, quando o Arquivo Nacional criou o Curso Permanente de Arquivos, que, em decorrência do Parecer nº 212, de 7 de março de 1972, do Conselho Federal de Educação (que autorizou a criação de

cursos de nível superior de Arquivologia), recebeu em 1973, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um mandato universitário.

Em 1977, o curso foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com a denominação de Curso de Arquivologia, de acordo com o Decreto nº 79.239, de 2 de março de 1977. Ainda, no mesmo ano, foi criado o segundo curso, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, em 1979, novo curso teve início na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Além disso, foi na década de 1970 que ocorreu a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a publicação, em 1971 do primeiro periódico voltado para a área, a revista “Arquivo e Administração” e a organização, no Rio de Janeiro, em 1972, do I Congresso Brasileiro de Arquivologia.

A AAB teve importante papel na obtenção da regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, por intermédio da promulgação da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978 e do Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, sendo esses, até hoje, os marcos legais para o exercício da profissão em nosso país.

Na década de 1980, ocorreu um fortalecimento das instituições arquivísticas públicas, sob a liderança do Arquivo Nacional, que passava por um processo de modernização no exercício das funções arquivísticas essenciais, buscando uma renovação dos recursos materiais e humanos existentes.

Jardim (1995, p. 78) apresenta um panorama da área nesse período.

A chamada “modernização” do Arquivo Nacional nos anos 80 reforça a liderança da instituição entre os arquivos públicos do país e a comunidade profissional. Paralelamente, a AAB perde parte significativa do vigor com que atuava nos anos 70. Num primeiro momento, as experiências desenvolvidas pelo Arquivo Nacional geraram um conjunto de metodologias, divulgadas em congressos, seminários e mediante a publicação de manuais de trabalho. No final dos anos 80, reduz-se significativamente a publicação de trabalhos técnico-científicos produzidos pelo Arquivo Nacional.

Essa lacuna seria compensada pelo lançamento dos manuais de Marilena Leite Paes – “Arquivo: teoria e prática” (1986) – e de Heloísa Liberalli Bellotto – “Arquivos Permanentes: tratamento documental” (1991) – obras de referência na área, sempre presentes na bibliografia solicitada em editais de concursos públicos para o cargo de arquivista.

A promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados”, conhecida como Lei de Arquivos, foi de extrema importância para a área arquivística, mas os esforços e debates antecedentes são comentados por Fonseca (2004, p. 69)

[...] no tocante ao fortalecimento da gestão arquivística, dentro do projeto de reforma democrática do Estado brasileiro em discussão na década de 1980, destaca-se o debate em torno de um projeto de lei para os arquivos brasileiros. Tal lei só foi promulgada em 1991, mas seu debate se estendeu por quase toda a década anterior. Cabe mencionar, também, as gestões feitas pelo Arquivo Nacional junto à Assembléia Geral Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988, no sentido de introduzir no texto constitucional referências à gestão arquivística em todos os seus níveis. Destes esforços resultou – o que ficou aquém das expectativas – a inclusão do art. 216, § 2º, na nova Constituição: “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

Um novo curso de graduação surgiu, somente em 1991, na Universidade de Brasília (UnB), somando-se aos três existentes, surgidos na década de 1970. Mas a formação em Arquivologia ganhou impulso, pois ao longo dos dez anos seguintes esse número dobraria, com a criação, em 1998, do curso na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em 2000, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal do Espírito Santos (UFES).

Na primeira década do século XXI esse aumento se tornou ainda mais expressivo, com a criação da graduação em Arquivologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 2003; na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2006; na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2008; na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2009 e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2010.

Com a criação, em 2012, do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), o mais recente, até o momento, chega-se ao total de dezesseis cursos em todo o país, distribuídos em todas as cinco regiões geográficas do Brasil.

2.4 EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA ARQUIVOLOGIA E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA

Ao longo do século XX, especialmente após a II Guerra Mundial, novas formas de produção, uso e disseminação dos documentos, trouxeram vários questionamentos para o campo arquivístico. Essas transformações, mais do que mudanças pontuais no fazer arquivístico, provocaram uma verdadeira ruptura no pensamento arquivístico então vigente, sendo propostos novos rumos para a Arquivologia.

Caracterizada em suas origens pelo pragmatismo, a Arquivologia se baseava nos seguintes princípios:

O *objeto* da “arquivologia clássica” era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; era o arquivo (*fond d'archive*) custodiado por uma instituição arquivística. Suas principais *entidades* eram os documentos de arquivo como “artefatos” físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza.[...] Os *objetivos* e a *metodologia* poderiam ser descritos como o controle físico e intelectual dos documentos, a partir da aplicação do princípio da proveniência e de seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor, na perspectiva de contribuir para o controle da administração em geral e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes históricas. (FONSECA, 2005, p. 55-56)

No entanto, esses princípios arquivísticos, já defendidos no clássico manual dos arquivistas holandeses, de 1898, e em outros manuais do início do século XX, começaram a deixar de atender as necessidades geradas com o exponencial aumento dos documentos gerados pela moderna administração, principalmente no período após a II Guerra Mundial.

A introdução dos conceitos de gestão dos documentos e da teoria das três idades, preconizando o tratamento documental desde a sua criação, começou a romper com alguns paradigmas da área, segundo comentário de Jardim e Fonseca (1992, p. 35):

Após a II Guerra Mundial, encontramos na concepção teórica e prática da gestão de documentos o outro marco histórico que redefine a administração das instituições arquivísticas, amplia essa área de conhecimento e estabelece novos perfis profissionais.

O enfoque voltado, inicialmente, para a aplicação de técnicas para organização, guarda e preservação de documentos de valor secundário, modifica-se, de acordo com a abordagem de Ribeiro (2002, p. 99)

A necessidade de enfrentar os problemas gerados pelo crescimento desmedido da produção documental fez com que, paralelamente aos

arquivos ditos históricos, vocacionados para servir a investigação e promover o desenvolvimento cultural, se começasse a afirmar, no período entre guerras e sobretudo no mundo anglo-saxônico, uma nova área de interesses profissionais voltada para as administrações correntes, que veio a ser conhecida como *records managent*.

O surgimento dos documentos eletrônicos, que se disseminaram, principalmente a partir da década de 1980, graças à popularização dos computadores pessoais, constitui outro fato que provocou reflexões no meio arquivístico. Sobre essa questão apresenta-se comentário de Santos (2005, p. 20).

Os arquivos correntes, sob a guarda direta do produtor/acumulador não recebiam a atenção devida. Nesse ambiente, os documentos eletrônicos surgiram e proliferaram, sem controle técnico tornando-se, rapidamente, um dos grandes problemas para a Arquivística moderna solucionar.

Mesmo em países como o Brasil, que não seguiam a visão anglo-saxônica, de ruptura entre o gerenciamento e controle dos documentos correntes dos documentos permanentes, ocorre um novo enfoque à gestão documental, em razão da produção e uso, cada vez mais frequente, dos documentos eletrônicos na administração.

[...] o advento das tecnologias de informação, a produção de documentos digitais e a constatação de que não chegariam à fase permanente aqueles que não fossem submetidos a procedimentos adequados de produção, uso, trâmite, conservação e avaliação e, muito provavelmente, estariam perdidos – principalmente devido à fragilidade do suporte e a obsolescência de hardware e software – valorizam a gestão de documentos arquivísticos. Os arquivistas que atuam na gestão de documentos – *record managers*, segundo a definição norte-americana – estão assumindo seu papel como profissionais essenciais à consecução dos objetivos da instituição à qual estão vinculados. (SANTOS, 2007, p. 177)

Fonseca (2005, p. 57) aborda que essas mudanças geraram novas visões epistemológicas da Arquivologia.

Duas abordagens complementares podem ser consideradas como predominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico hoje: aquela que identifica o momento de uma mudança de paradigma e aquela que identifica sua inserção numa nova episteme – a pós-modernidade. Ambas as abordagens apontam para mudanças importantes na estrutura da disciplina arquivística e, mais ainda, na maneira pela qual a arquivologia evolui para ser vista como área de conhecimento autônoma.

A autora, baseada no teórico holandês Theo Thomassen, comenta que essas novas abordagens fizeram com que o diálogo científico no campo arquivístico deixasse de ser, primordialmente, com a História e passasse a ser realizado com as áreas de Administração, Informática e Ciência da Informação.

Pela primeira vez em seu desenvolvimento, a arquivologia está se transformando em ciência. Em sua fase pré-paradigmática [anterior ao *Manual dos holandeses*] não era uma ciência de forma alguma, e em seu estágio clássico não foi mais que uma ciência auxiliar da história, mas agora, em sua etapa pós-moderna, está adquirindo estatura de ciência, tão autônoma quanto as outras ciências da informação e quanto a história. (THOMASSEN, 1999, p. 10 apud FONSECA, 2005, p. 59)

Com a proposição de uma Arquivologia pós-moderna ou pós-custodial, em contraposição à Arquivologia tradicional ou clássica, Fonseca apresenta, a partir das idéias de Thomassen, uma análise dos elementos do novo paradigma da disciplina arquivística.

O *objeto* da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida. Para Thomassen, este é um objeto duplo, uma vez que se refere à informação arquivística (conteúdo semântico do documento) e ao seu contexto gerador, ou seja, o processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento). As *entidades* fundamentais da arquivologia também são duplas: o documento individual e suas relações com os processos administrativos geradores. Seu *objetivo* além da acessibilidade é: a manutenção da “qualidade arquivística”, ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou. A *metodologia* consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre os documentos e seus geradores, de forma a estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a segurança e a fidedignidade desses documentos. (FONSECA, 2005, p. 59)

A partir dessa nova abordagem, a identidade do arquivista passa a ser relacionada a novas competências, tendo que estar habilitado para lidar com os novos desafios da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Em recentes debates sobre o papel do arquivista na era da informação, a idéia de que os arquivistas precisam se preparar para “a era pós-custodial dos arquivos” foi repetidamente expressa. O pressuposto que está por trás dessa afirmação é que os arquivistas devem transcender seu papel de custodidores se desejam sobreviver como profissão no próximo século. [...] No nosso

mundo contemporâneo, os arquivistas devem abandonar sua perspectiva física dos documentos por uma perspectiva intelectual e contextual. (DURANTI, 1994, p. 62)

Defensor do pensamento pós-moderno, Cook (1998, p. 139) combate o pensamento positivista e o empirismo “factual”, que estariam desacreditados e que segundo ele norteavam o pensamento arquivístico apresentando as novas funções dos arquivistas.

Evoluíram de uma suposta posição de guardiães imparciais de pequenas coleções de documentos herdados da Idade Média, para tornarem-se agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística.

Santos (2007, p. 188), após elencar as competências requeridas ao profissional de arquivo, apontadas por profissionais especialistas da área da informação e docentes do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), conclui que

[..] os verbos modificar, melhorar, participar, inovar e recriar representam ações técnicas, porém criativas e pró-ativas que os arquivistas devem assumir, muito além daquelas características relacionadas a um mero guardador de papéis.

Ele opõe essas características àquelas que considera como erradas por parte dos arquivistas: serem depositários passivos de conhecimento, para quem as informações recebidas só saem sob demanda, sem iniciativas de difusão e que priorizam a preservação das informações, a ponto dessa prioridade resultar em restrição de acesso.

Uma participação ativa do arquivista junto à administração, influenciando no processo decisório das organizações, é sempre outra característica apontada, inclusive por Bellotto (2007, p. 306) ao afirmar que:

[...] consolida-se um novo e importante papel para o arquivista: o de atuar no que se convencionou chamar de “informação estratégica”, isto é, a informação requerida pelos administradores de uma organização na tomada de decisão. Para tanto, é necessário ampliar o campo de ação do arquivista para além da informação imediata, de valor primário, ou do resgate daquela de valor secundário. A verdade é que o arquivista deve se posicionar no front da informação e estar presente desde sua criação até todos os seus usos possíveis, passando por sua organização e gestão.

Silva e Santos (2007, p. 99) abordam a necessidade dos arquivistas atuarem na formulação de uma política arquivística capaz de contribuir com um programa de inteligência competitiva e apontam que “necessitam adotar uma consciência crítica com relação às novas exigências, apresentadas pelo mercado contemporâneo e globalizado, visando sua habilitação para atividades que envolvem cada vez mais a intelectualidade”.

Essa necessidade do arquivista se incumbir de novas funções e responsabilidades, mostrando sua importância para a melhoria dos processos administrativos, reflete a preocupação de que o mercado, ávido por soluções rápidas e eficazes para o tratamento das informações arquivísticas, vem fazendo a gestão das informações sem a participação desse profissional.

[...] aquilo que vem sendo denominado de informação estratégica pelos estudiosos da área apresenta o caráter, a natureza e as especificidades da informação arquivística. Entretanto, o que ocorre, na grande maioria das vezes, é a utilização da informação estratégica pelos gestores, sem que se tenha conhecimento de que se trata de uma informação com características especiais, que tem metodologia própria para seu gerenciamento [e] uma legislação a ser observada. (MORENO, 2007, p. 18)

Dentro dessa perspectiva, a necessidade do arquivista ter facilidade para lidar com as mudanças tecnológicas é colocada como fundamental para sua inserção.

[...] a evolução das tecnologias utilizadas em ambientes informacionais deve ser acompanhada e entendida pelos profissionais da informação, sob pena de não conseguirem atuar no desenvolvimento das soluções informacionais necessárias ao ambiente onde atuam. Neste cenário, o profissional arquivista, em particular, deverá estar habilitado a exercer as diversas atividades a que se propõe, considerando as tecnologias disponíveis. Entre essas atividades, destacam-se: a produção documental/informacional, a utilização e destinação de documentos, a gestão da informação, a preservação e a disseminação da informação arquivística. (ANDRADE, 2006, p. 153)

Sobre o papel a ser exercido pelo arquivista como gestor junto à administração, Lopes (1996, p. 52) defendia a necessidade da

[...] criação de um seleto grupo que seja capaz de planejar as atividades de gestão da informação arquivística em diversos níveis de complexidade e de treinar os agentes operacionais específicos. Os que não são planejadores ou agente operacionais, mas trabalham com gestão da informação, seriam instruídos e influenciados pelas práticas dos primeiros. Este efeito multiplicador teria que estar associado a uma produção intelectual que esclarecesse as bases mínimas de um trabalho de qualidade científica.

Na administração pública, essa responsabilidade implica em sua participação na elaboração e implantação de políticas públicas na área de informação, de acordo com a afirmação de Jardim (2003, p. 43).

As demandas dos profissionais do campo dos arquivos, mesmo tendo sido observadas no processo de desenho da legislação, devem ser consideradas na sua aplicação. Mais que qualquer profissional, supõe-se que o arquivista tenha amplo domínio da legislação e atue, individual ou coletivamente, na dinâmica da sua implantação. Como lembra Couture, além do grau de vontade política dos governantes em relação aos arquivos, cabe levar em conta “a intensidade de esforços que os arquivistas estão prontos a investir para convencer os decisores a irem adiante”. Por outro lado, a qualidade dos recursos humanos que atuam nos arquivos favorece ou compromete a implantação da legislação.

Rousseau e Couture (1998, p. 47) colocam que o arquivista contemporâneo desempenha um triplo papel cultural, administrativo e científico, pois para eles “a faceta cultural está ligada ao conceito de memória. O arquivista contemporâneo tem o mandato de definir o que vai constituir a memória de uma instituição ou de uma organização.”

Para atender a todas essas facetas do seu ofício e satisfazer as demandas do mundo contemporâneo, Jardim (1998) defende a reprofissionalização do arquivista, pois

Em um quadro de profundas transformações, o arquivista deve ser formado sobre o paradigma do “aprender a aprender”. “Aprender a fazer” não é mais suficiente para o arquivista da era da informação. Como tal, não pode ser apenas um reproduzidor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento.

Essa nova visão do ofício do arquivista vem se refletindo nas mudanças ocorridas nos currículos dos cursos de graduação. É possível verificar diferenças nas disciplinas do currículo mínimo, determinado pela Resolução n.º 28, de 1974, do Conselho Federal de Educação e adotado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e demais cursos implantados na década de 1970, da nova versão curricular, comparadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparação das disciplinas dos currículos de 1974 e 2006

Currículo mínimo de 1974	Currículo em vigor desde 2006 (UNIRIO)
<ul style="list-style-type: none"> - Introdução ao Estudo do Direito; - Introdução ao Estudo da História; - Noções de Contabilidade; - Noções de Estatística; - Arquivo I – IV; - Documentação; - Introdução à Administração; - História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; - Paleografia e Diplomática; - Introdução à Comunicação; - Notariado; - Uma língua estrangeira moderna. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Arquivologia; - Construção do Pensamento Arquivístico; - Metodologia da Pesquisa Arquivística; - Gestão da Informação Arquivística; - Classificação de Documentos Arquivísticos; - Avaliação de Documentos Arquivísticos; - Diplomática; - Arranjo e Descrição de Documentos; - Conservação Preventiva de Documentos; - Estágio Supervisionado I – III; - Pesquisa em Arquivística; - Trabalho de Conclusão de Curso I - II; - Gestão de Documentos Arquivísticos; - Organização Prática de Arquivos.

Anteriormente, ocorria uma grande carga de disciplinas no campo de História e uma visão pragmática das funções arquivísticas, já nas disciplinas obrigatórias do atual currículo do Curso de Arquivologia da UNIRIO, aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da universidade pela Resolução nº 2.813, de 5 de dezembro de 2006, verifica-se uma preocupação com o caráter epistemológico da Arquivologia, sem descuidar das funções primordiais da profissão.

Essa preocupação com a formação do profissional como um produtor de conhecimento é compartilhada por diversos autores ao tratar dos profissionais da informação.

[...] é por meio da melhor formação do profissional da informação que se poderá obter um maior reconhecimento profissional por parte da sociedade; esta melhor formação deve ser promovida através de investimentos das universidades e das instituições formadoras em uma dimensão investigativa, para que dela possam resultar conhecimentos teóricos e práticos (metodologias, aplicações) para que a coletividade possa ver e reconhecer o esforço da área e entender a situação dos PI [sic]. Sem essa iniciativa, o autor entende que a formação se vincula basicamente à reprodução de conhecimentos. (GUIMARÃES, 2000 apud LOUREIRO e JANNUZZI, 2005, p. 135)

Apreende-se das abordagens apresentadas que a identidade do arquivista contemporâneo não deve se limitar à execução de atividades tradicionais intrínsecas à profissão, como organização, classificação e descrição de documentos. Ele deve se envolver também com atividades proativas, ligadas à produção, uso e disseminação da informação

arquivística, em que as novas tecnologias exercem papel fundamental junto ao fazer arquivístico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho resulta da inquietação do autor com o papel a ser desempenhado pelo arquivista e acredita-se que essa inquietação se faz presente no seio da comunidade arquivística.

Os debates sobre o papel do arquivista – ainda que este papel não seja claramente explicitado – são cada vez mais frequentes nos jornais: quando se discute o acesso a documentos sigilosos; quando se noticiam sinistros que destroem arquivos da administração pública; quando se fala em terceirização dos serviços de arquivo nas instituições públicas; quando se privatizam estatais; quando as CPIs investigam documentos como prova, etc. (RODRIGUES, 2006, p. 39)

Mas esse debate passa primordialmente pela questão da delimitação das características e perfil do arquivista. No entanto, a própria Arquivologia, enquanto campo do conhecimento, não ficou imune às transformações que transcorrem desde meados do século XX, o que a levou a repensar seu objeto, objetivos e metodologia. Dentro desse contexto, novas responsabilidades e características passaram a ser atribuídas ao arquivista para que ele possa atender as necessidades do que se convencionou denominar “Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Uma das abordagens que se contrapôs à Arquivologia tradicional ou clássica, a chamada Arquivologia pós-moderna ou pós-custodial (em que a informação arquivística passa a ser o objeto de estudo, em substituição ao arquivo), colocou em evidência a figura do arquivista como gestor da informação, em substituição à figura do arquivista como guardião de documentos. E um ponto que emana dessa visão é que o arquivista deve se colocar como produtor de conhecimento e para isso é necessário investir em sua formação contínua e na sua melhor qualificação científica.

Nesse quadro que se configura, o arquivista permanece em busca de sua identidade profissional e para isso precisa trabalhar para o fortalecimento epistemológico da Arquivologia e para obter maior visibilidade e reconhecimento na sociedade e nas esferas de poder.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, memória e a formação do profissional arquivista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 149-159, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=40>> Acesso em: 25 mar. 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 320p.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 25 mar. 2011.

_____. Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 nov. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm>. Acesso em: 25 mar. 2011.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 25 mar. 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p. 34-40, 1994.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974. Estabelece o currículo mínimo do curso de graduação em Arquivologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 maio 1974. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2FInep%2Fprolei%2FDocumento%2F-4178662258408247148>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 129-149, 1998.

DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988.

DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

_____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, set. 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a01.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2011.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 37-45.

_____; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 29-45, 1992.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

LOUREIRO, Mônica de Fátima; JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transinformação**, Campinas, p. 123-151, maio/ago. 2005.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p 13-21, jan./abr. 2007. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/483/1461>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras**, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Porto, v. 1, p. 97-110, 2002.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística**. 2 ed. rev. aum. Brasília: ABARQ, 2005.

_____. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, V. B. (org.) **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: SENAC, 2007, p. 173-223.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação**. 3 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, Welder Antonio; SANTOS, Patricia Kelly dos. Gestão de documentos: uma política arquivística capaz de contribuir com um programa de inteligência competitiva. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 78-102, jul./dez. 2007. Disponível em: < <http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=139>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resolução nº 2.813, de 5 de dezembro de 2006. **Boletim**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2006, n. 23. Disponível em: <<http://www.unirio.br/conteudo/reitoria/docs/PDFBoletins2006/Bol2306.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.